



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE FORMAÇÃO DOCENTE
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

DAYANA GEISSIANE DA SILVA PINHEIRO

**A POLÍTICA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PERNAMBUCO: o que dizem
as teses e dissertações do Programa de Pós-graduação em Educação da UFPE**

Caruaru
2021

DAYANA GEISSIANE DA SILVA PINHEIRO

**A POLÍTICA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PERNAMBUCO: o que dizem
as teses e dissertações do Programa de Pós-graduação em Educação da UFPE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura em
Pedagogia do Campus Agreste da
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE,
na modalidade de artigo científico, como
requisito parcial para obtenção do grau de
graduação em pedagogia.

Área de concentração: Educação.

Orientador (a): Alexandre Viana Araújo

Caruaru

2021

Dedico esse trabalho aos meus pais Marinalva Josefa Bezerra e José Cícero da Silva, aos meus irmãos Damiana Jeane da Silva e Marcelo José da Silva, ao meu esposo Silvan José Pinheiro e ao meu filho Matheus Silva Pinheiro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me permitiu conquistar a tão sonhada vaga no curso de nível superior e chegar até a sua conclusão, e a Nossa Senhora que intercedeu e intercede sempre por mim. Ao meu pai e a minha mãe, sobretudo quando me diziam que a maior riqueza que poderiam me dar era os estudos. Aos meus irmãos. Ao meu esposo que presenciou minha rotina de esforço e dedicação e que foi meu maior incentivador nessa trajetória. Ao meu filho que antes mesmo de nascer, sempre foi minha maior motivação para ir em busca de ter um diploma e assim poder lhe dar um futuro melhor.

A minha amiga, Letícia Karina da Silva Santos, com quem estabeleci um vínculo de companheirismo baseado no afeto e no cuidado, algo que me fez viver essa caminhada de forma mais leve e alegre. Aos meus queridos mestres, representados pelo meu professor orientador Alexandre Viana Araújo, por todas as experiências e aprendizados conquistados através deles.

A política de modernização da gestão de Pernambuco: o que dizem as teses e dissertações do programa de pós-graduação em educação da UFPE

Dayana Geissiane da Silva Pinheiro¹

RESUMO

Este trabalho possui como foco investigativo a Política de modernização da gestão de Pernambuco implantada nas escolas públicas de nosso Estado através do Programa de Modernização da Gestão Pública – PMGP. Tomando as produções do PPGE como campo empírico, buscou-se problematizar como as respectivas teses e dissertações do programa de pós-graduação em educação da UFPE avaliam a política de modernização da gestão de Pernambuco. Objetivando analisar a política de modernização da gestão de Pernambuco a partir das teses e dissertações do Programa de Pós-graduação em Educação da UFPE. Especificamente, buscamos apresentar a política de modernização da educação de Pernambuco; identificar as teses e dissertações do programa de pós-graduação em educação relacionadas à política de modernização da educação de Pernambuco; e analisar os aspectos positivos e negativos da política de modernização da educação de Pernambuco a partir das teses e dissertações do programa de pós-graduação em educação. Para isso fundamentamos teoricamente nossa discussão nas contribuições de autores como Höfling (2001), Maués (2003), Araújo (2011), Freitas (2012), Gomes (2016) e outros. Os resultados obtidos nos indicaram uma produção considerável de pesquisas que abordam a política educacional de Pernambuco e indicam o atrelamento desta aos ideais do novo gerencialismo.

PALAVRAS-CHAVE: política educacional; PPGE; PMGP.

DATA DE APROVAÇÃO: 20 de dezembro de 2021.

¹Graduanda em licenciatura em pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, Centro Acadêmico do Agreste-CAA. E-mail: dayana.pinheiro@ufpe.br

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho investiga a política educacional de Pernambuco através da produção existente nas teses e dissertações do programa de pós-graduação em educação da UFPE acerca da política de modernização da gestão do Estado. Para isso, situamos nossa discussão nos elementos que constituem o Programa de Modernização da Gestão Pública e suas repercussões na educação de Pernambuco.

Ao acessar o site da Secretaria de Educação de Pernambuco encontramos uma breve definição acerca do programa, a qual afirma que esse se constitui de uma proposta que tem como foco a melhoria dos indicadores educacionais do Estado a partir da gestão por resultados, e se baseia em diagnóstico, planejamento e gestão com o intuito de consolidar uma cultura da democracia e da participação popular nas unidades de ensino (PERNAMBUCO, 2021). Ainda segundo as informações apresentadas no site, o Programa de Modernização da Gestão Pública estabelece metas a serem atingidas pelas escolas e fornece o Bônus de Desempenho educacional- BDE, o qual é apresentado como um incentivo financeiro aos profissionais das respectivas escolas que alcançarem tais metas. Acerca disso, Silva pontua que

a política educacional pernambucana está pautada no Programa de Modernização da Gestão Pública – Metas para a Educação (PMGP/ME) cujo objetivo principal consiste em melhorar a qualidade da educação estadual, através da consolidação de uma gestão focada em resultados (PERNAMBUCO, 2007 apud SILVA, 2016, p. 13).

Diante do exposto é que buscamos analisar como ocorre essa política e quais suas repercussões no que diz respeito à educação no Estado de Pernambuco, uma vez que “o Estado de Pernambuco está entre os estados brasileiros que implementaram e fomentaram o formato de administração gerencial no encaminhamento de suas políticas públicas.”(SILVA, 2016, p. 14), para isso, realizamos uma revisão bibliográfica das produções existentes no programa de pós-graduação em educação da UFPE acerca desse tema, algo que demarca a relevância acadêmica desse trabalho, pois promove um aprofundamento dos estudos acerca da política educacional de nosso Estado. Sendo assim, permite uma ampliação do conhecimento acerca dessa política, sobretudo de como ocorreu sua implementação e do cenário que corroborou para o surgimento da mesma.

Sendo assim, justificamos o interesse pelo objeto desse estudo, o qual surgiu a partir de nossa experiência formativa no curso de licenciatura em Pedagogia através do contato com componentes curriculares que tratam sobre política educacional, algo que despertou o desejo de atuação profissional na área de gestão educacional como uma possibilidade futura. Bem

como, através da experiência como estudante da rede estadual de educação de Pernambuco entre os anos de 2010 a 2012, momento em que vivenciei o ensino médio e tive o contato direto com os instrumentos avaliativos propostos pelo governo do Estado.

Apresentado nosso objeto de estudo, consideramos a importância de discorrer brevemente sobre o cenário que colaborou para o surgimento e implementação dessa política no cenário educacional pernambucano, acerca disso Cavalcanti (2011) pontua que a Reforma Administrativa do Estado, proposta no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso-FHC, se constituiu como o fio condutor da implementação de reformas nos Estados e Distrito Federal com o lançamento do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal – PNAGE, o qual teve aderência no Estado de Pernambuco durante a segunda Gestão do Governador Jarbas Vasconcelos (2002-2006) passando a ser definido como Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento do Estado de Pernambuco – PNAGE-PE.

Portanto, no que concerne ao contexto educacional, essa autora afirma que:

[...] a reforma em Pernambuco criou a carreira do gestor público, a remuneração variável e a eleição para os diretores das escolas da rede estadual com mandato. A partir deste estabelecimento administrativo, cada escola passaria a ter um contrato de gestão, imprimindo uma nova filosofia de gestão pública voltada para a melhoria do atendimento e dos resultados aos cidadãos. (CAVALCANTI, p. 16, 2011)

A autora afirma ainda que em continuidade ao PNAGE-PE, no ano de 2007 com o início do seu primeiro mandato o Governador Eduardo Campos lançou o Programa de Modernização da Gestão em Pernambuco tendo como áreas de abrangência a saúde, educação, segurança e finanças. Sendo que “na educação o Programa de Modernização foca resultados e metas educacionais, PMG-PE” (CAVALCANTI, p. 17, 2011). Esse breve preâmbulo contextual tem o intuito de situar nosso entendimento acerca da política de modernização da educação do Estado de Pernambuco abordada nesse trabalho investigativo, para que se torne possível uma melhor compreensão do tema estudado.

Desse modo, entendemos que discutir a política educacional de Pernambuco mediante o Programa de Modernização da Gestão Pública, torna-se fundamental para a compreensão de suas implicações para a educação em nosso Estado, em vista disso, propomos como problema de pesquisa o seguinte: Como as teses e dissertações do programa de pós-graduação em educação da UFPE avaliam a política de modernização da educação de Pernambuco?

Tomando como objetivo geral: Analisar a política de modernização da educação de Pernambuco a partir das teses e dissertações do Programa de Pós-graduação em Educação da UFPE. E como objetivos específicos: 1. Apresentar a política de modernização da educação de Pernambuco. 2. Identificar as teses e dissertações do programa de pós-graduação em

educação relacionadas à política de modernização da educação de Pernambuco. 3. Analisar os aspectos positivos e negativos da política de modernização da educação de Pernambuco a partir das teses e dissertações do programa de pós-graduação em educação.

2 METODOLOGIA

Dado o objeto de nosso estudo optamos pela pesquisa qualitativa ao entender que esta nos permite uma compreensão mais aprofundada do fenômeno estudado, pois,

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. (MINAYO, 2009, p. 21).

A partir disso realizamos um levantamento bibliográfico das teses e dissertações que tratam da política educacional de Pernambuco ao compreendermos que “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.” (GIL, 2002, p. 44).

Para tratamento dos dados realizamos a análise de conteúdo uma vez que concordamos que “[...] através da análise de conteúdo, podemos caminhar na descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado.” (GOMES, 2009, p. 84). Desse modo, compreendemos que este se configura como o instrumento mais adequado aos objetivos de nossa pesquisa, possibilitando-nos melhor aproveitamento dos dados obtidos.

O texto está estruturado a partir de duas categorias teóricas, em que na primeira trazemos elementos que nos permitem compreender, inicialmente, o conceito de política pública educacional, para isso nos baseamos nas contribuições de Araújo (2011), Höfling (2001), Oliveira e Duarte (2005), Saviani (2008). Em seguida realizamos uma discussão acerca do Programa de Modernização da Gestão Pública de Pernambuco onde utilizamos os escritos de Gomes (2016) fazendo reflexões com os ditos de Freitas (2012a), Maués (2003) e outros.

Em continuidade, nossa escrita se desenvolve trazendo mais adiante o levantamento dos dados obtidos, no qual apresentamos quadros com as respectivas informações e concluímos o trabalho trazendo nossas considerações finais.

Política Pública Educacional: um olhar a partir da política de modernização da educação do Estado de Pernambuco

Para tratar sobre a política de modernização da educação de Pernambuco consideramos ser importante realizar uma breve discussão acerca do que caracteriza uma política pública educacional a fim de propor uma compreensão mais ampla do objeto investigado em nossa pesquisa.

Inicialmente iremos nos basear em contribuições apontadas por Höfling (2001) a qual em seu texto que trata sobre Estado e políticas públicas sociais, bem como, nos aproximamos de um estudo realizado por Araújo (2011) acerca de política pública, juventude e educação, no qual apresenta considerações importantes que nos auxiliam a compreender o sentido do que pode se configurar como uma política pública.

Primeiramente, com o intuito de buscar compreender o que constitui uma política pública é que concordamos com Eloisa Höfling quando a autora afirma que necessário se faz entender os conceitos de Estado e Governo apresentando, assim, uma definição para ambos os termos:

Estado como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período. (HÖFLING, 2001, p. 31).

Nesse contexto, a autora afirma que política pública seria o Estado colocando em prática um projeto de governo por meio de programas e ações voltadas para setores específicos da sociedade (HÖFLING, 2001). E ressalta ainda que tais políticas podem ser compreendidas como “[...] as de *responsabilidade* do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada.” (HÖFLING, 2001, p. 31). Diante disso, torna-se evidente a ligação dos conceitos de Estado e Governo, apresentados acima, com o que se compreende por política pública.

Assim, compreender inicialmente esses dois conceitos nos possibilita maior clareza no entendimento da questão que envolve uma conceituação acerca do termo política pública e sua repercussão em um projeto de sociedade.

Nessa mesma tentativa, buscando aprofundar ainda mais nosso entendimento acerca do conceito de política pública, cabe ressaltar que “na literatura, a política pública, como já mencionado, se apresenta com várias definições, desde as mais simples às mais complexas”

(ARAÚJO, 2011, p. 55), assim esse autor deixa claro a complexidade que marca essa discussão.

Portanto, concordando mais uma vez com o autor, destacamos a existência de “[...] conceituações amplas e diversificadas que atribuem de maneira geral ao poder público deliberar por ações que terão como beneficiários a própria população”. (ARAÚJO, 2011, p. 55). Sendo assim, diante da amplitude que envolve a discussão acerca desse tema, tomamos como referência para o nosso estudo essa compreensão de política pública entendida como as ações propostas pelo Estado para a sociedade.

Nesse sentido, diante dessas reflexões podemos propor de maneira sucinta uma compreensão de política pública mediante a qual se afirma que “[...] é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade.” (HÖFLING, 2001, p. 31).

Realizada essa breve discussão voltada para esclarecer nosso entendimento acerca do que se configura como uma política pública, adentramos ao âmbito educacional, buscando propor uma compreensão do que se configura como uma política pública voltada para a educação.

Nesse movimento, retomamos as contribuições de Eloísa Höfling quando a autora demarca a educação como uma política pública social uma vez que “políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado [...]” (HÖFLING, 2001, p. 31), assim a autora define a educação como uma política pública de corte social pelo papel que exerce na sociedade. Enquanto que Saviani (2008), ao tratar sobre os limites e perspectivas da política educacional brasileira, afirma que esta diz respeito às decisões tomadas pelo Poder Público em relação à educação. Desse modo, percebemos convergência no pensamento de diferentes autores acerca de uma definição que imprime significado ao termo “política pública educacional” sendo esta entendida como as ações voltadas para a educação as quais são propostas pelo Estado.

Diante disso, cabe trazer para a discussão um aspecto importante a ser considerado e este se refere ao fato de que “as políticas sociais, no Brasil, foram historicamente desenvolvidas em um contexto de muita contradição, marcado pela desigualdade no acesso e na extensão e pelo caráter fragmentário, setorial e emergencial na sua execução.” (OLIVEIRA; DUARTE, 2005, p. 283). Assim, ao compreender a educação como uma política pública social, necessário se faz pensá-la como um campo igualmente marcado por essa desigualdade.

É o que Dermeval Saviani demarca em seu texto ao realizar um percurso histórico sobre a política educacional brasileira ao afirmar a existência de um grande déficit nesse setor pontuando os limites que o cercam, em que o principal deles está na descontinuidade das políticas voltadas para a educação: “a outra característica estrutural da política educacional brasileira, que opera como um óbice ao adequado encaminhamento das questões da área, é a descontinuidade”. (SAVIANI, 2008, p. 11).

Em concordância com os autores ressaltamos, portanto, que ao falar sobre política pública educacional há uma necessidade de considerar os aspectos que constituem esse campo, geralmente marcado por tensões diante do contexto social brasileiro e das políticas que são criadas e implantadas para o mesmo. É o que discutiremos a seguir ao focar o Programa de Modernização da Gestão Pública e sua repercussão para a educação do Estado de Pernambuco.

O Programa de Modernização da Gestão Pública e Suas Repercussões para a Educação do Estado de Pernambuco

Nosso estudo sobre o Programa de Modernização da Gestão Pública partiu de uma pesquisa realizada nas produções do Programa de Pós- graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco inseridas, especificamente, na Linha de Pesquisa Política Educacional, Planejamento e Gestão da Educação. Há uma produção considerável voltada para a discussão acerca da política educacional do nosso Estado.

Abordar a política educacional de Pernambuco a partir do Programa de Modernização da Gestão Pública exige que façamos uma discussão acerca dos fatores que colaboraram para sua criação e implementação. Em pesquisa realizada no site da Secretaria Estadual de Educação encontramos a seguinte definição para o Programa:

É o programa que está focado na melhoria dos indicadores educacionais do Estado, trabalhando a gestão por resultados. Ele tem como objetivo consolidar nas unidades de ensino, a cultura da democracia e da participação popular, baseada em diagnóstico, planejamento e gestão. Esse trabalho vem sendo desenvolvido em parceria com o Movimento Brasil Competitivo (MBC) e o Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG). (PERNAMBUCO, 2015, S/N).

Discutir sobre a política educacional do estado de Pernambuco requer considerar que esta tem se pautado em uma articulação entre a imposição de metas para as escolas, avaliação do desempenho dos estudantes e o fornecimento de bônus do desempenho educacional (SILVA, 2016). Logo de início, podemos destacar uma tendência a lógica gerencialista contida na descrição da proposta pretendida com o Programa, ao se realizar parcerias com instituições do ramo gerencial.

Tal aspecto torna-se evidente nas considerações a seguir:

O Estado de Pernambuco está entre os estados brasileiros que implementaram e fomentaram o formato de administração gerencial no encaminhamento de suas políticas públicas. A estrutura administrativa do governo está norteada pelo PMGP, que determina entre outras, a organização do sistema educacional. (SILVA, 2016, p. 14).

Para entender o contexto das reformas empresarias e sua relação com o âmbito educacional se faz necessário realizar uma discussão mais ampla que possibilite um conhecimento mais aprofundado dessa realidade.

A autora Olgaíses Maués fala sobre a ocorrência de profundas mudanças na sociedade em decorrência das transformações no mundo do trabalho, o que passa a exigir da educação, compreendida como um fenômeno social, uma adequação a essas transformações o que resultou na sua incorporação aos princípios da administração empresarial.

A educação, como um fenômeno social, não ficou isenta dessa revolução na paisagem social e econômica do planeta terra. Ao contrário, seu papel e suas funções passaram a ser questionados e a educação passou a ser apontada como um dos elementos fortes dessa etapa de mudanças. (MAUÉS, 2003, p. 90).

E continua esclarecendo que são os organismos internacionais os responsáveis por estabelecer metas para a educação em prol do capital mundial, “assim é que alguns organismos assumiram de forma velada o papel dos ministérios de educação, sobretudo no caso dos países em desenvolvimento.” (MAUÉS, 2003, p. 93). E os efeitos disso são evidentes no sistema educacional, visto que

Todavia, a legitimação destes pressupostos na estrutura do Estado acaba por subjugar o sistema educacional aos mecanismos de controle internacionais e aos processos de globalização da economia, além de subordinar o ato educativo a estratégias procedentes dos setores produtivos da indústria e empresas privadas. (SILVA, 2016, p. 15).

Concomitante a esse pensamento, um estudo realizado por Luiz Carlos de Freitas, destaca que as reformas propostas pelo setor empresarial para a educação partem de uma perspectiva mediante a qual se propõe uma educação baseada em resultados e “as categorias centrais que definem esta política educacional envolvem uma combinação de responsabilização, meritocracia e privatização.” (FREITAS, 2012a, p. 379).

Os elementos apresentados acima servem para nos situar a questão que envolve Estado, política educacional e programas de governo, a fim de propor um entendimento do Programa de Modernização da Gestão Pública de maneira contextualizada com esse aspecto que vem associando os princípios da administração empresarial ao âmbito educacional, este que por sua vez passa a ter o seu papel incorporado aos objetivos do capital. Assim, concordamos que “as políticas públicas de educação devem ser analisadas no bojo das condições sociais atuais do mundo contemporâneo, buscando situá-las no âmbito do projeto histórico de sociedade” (SANTOS, 2019, p. 14). Desse modo, compreendemos que uma

discussão que envolve a educação, bem como as políticas que são propostas para esse campo, não deve acontecer de maneira isolada e sim de forma contextualizada com a realidade social.

Sendo assim, retomando a discussão acerca do Programa de Modernização da Gestão Pública, objeto investigado nesse estudo, as informações dão conta de que este foi lançado em 3 de junho de 2008 e considerado um desdobramento para o setor educacional do Todos por Pernambuco (TPPE), modelo de planejamento e gestão implementado no Estado no ano anterior (SILVA, 2013). A implantação desse novo modelo de gestão ocorreu a partir do início do governo de Eduardo Campos o qual

Gerou grande expectativa nos movimentos progressistas em relação à implantação de mudanças na rede estadual de ensino, visando à promoção de uma educação de qualidade social e alicerçada nos marcos da gestão democrática. No entanto, as mudanças se deram com referenciais bem distintos, pois a educação como formação de capital humano e com foco em resultados veio a ser predominante na política educacional do governo. (SILVA, 2013, p. 03).

Esse autor apresenta ainda o cenário que levou a criação do PMGP, onde afirma que os resultados insatisfatórios no IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no ano de 2007, os quais deixaram o estado de Pernambuco entre os piores do país, geraram a mobilização do governo Campos com a finalidade de propor melhoria na qualidade da educação no Estado.

A maior relevância do PMGP-ME deu-se pela introdução, na rede estadual, de um sistema de responsabilização educacional, conforme veio a ser definido a partir de 2012 (PERNAMBUCO, 2012a). O sistema é composto por quatro elementos: a definição de objetivos e metas por escola; um sistema próprio de avaliação; um sistema de monitoramento de processos; e um sistema de incentivos. O que foi realizado mediante a implementação de contratos de gestão firmados, pelos gestores, com metas anuais pactuadas por cada escola (termo de compromisso) [...] (SILVA, 2013, p. 03)

Em suma, o Programa de Modernização da Gestão Pública, de acordo com as informações fornecidas pelo site da Secretaria Estadual de Educação, está apresentado como mecanismo que possibilitará melhorias nos indicadores educacionais do Estado de Pernambuco a partir do qual se trabalha a gestão por resultados com a proposição de metas para cada escola.

As respectivas metas serão estabelecidas pela Secretaria de educação como o desafio proposto às escolas e tem como objetivo o de melhorar a qualidade da educação no Estado. Embora se ressalte que tais metas estão de acordo com a realidade vivida por cada instituição escolar, cabe ressaltar que estas não são elaboradas pelos atores envolvidos diretamente com essa realidade, mas partem de agentes externos que não lidam com o cotidiano de cada instituição.

Os resultados de cada escola serão obtidos através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Pernambuco – IDEPE, mediante o qual será fornecido o Bônus do

Desempenho Educacional – BDE para as escolas que alcançarem as metas estabelecidas, portanto,

O BDE (Bônus de Desempenho Educacional) é o incentivo financeiro para os profissionais de todas as escolas que atingirem as metas propostas. A unidade que alcançar 50% da meta, receberá a metade do bônus, e a partir daí será considerado o intervalo de 10% até atingir 100% da meta. (PERNAMBUCO, 2021)

Assim, podemos perceber que a proposta que se apresenta com o Programa de Modernização da Gestão Pública é a de realizar melhorias dos índices da educação no Estado de Pernambuco através de uma política de avaliação educacional baseada no estabelecimento de metas e com o fornecimento de bonificação por desempenho às escolas que alcançarem os índices estabelecidos.

A questão que precisamos pensar, quando falamos de tal política é se a forma como esta se materializa tem realizado melhorias concretas na qualidade ou se tem encoberto a verdadeira realidade da educação em Pernambuco. Sendo essa apenas uma das muitas questões que tencionam essa discussão a(s) qual(ais) buscamos responder adiante, ainda que parcialmente, através dos resultados obtidos em nossa pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A Política de Modernização da Educação do Estado de Pernambuco: o que dizem as dissertações e teses do PPGE da UFPE

Diante do objetivo de nosso estudo, o qual buscou avaliar a política de modernização da gestão de Pernambuco a partir das produções do Programa de Pós- graduação em Educação da UFPE, os resultados obtidos através de pesquisa realizada nas publicações inseridas na Linha de Pesquisa sobre Política Educacional, Planejamento e Gestão da Educação, nos possibilitaram chegar a um total de quatro dissertações de mestrado e seis teses de doutorado que tratam sobre a política de modernização da gestão de Pernambuco.

Com o intuito de propor mais clareza ao nosso entendimento, foram elaborados dois quadros nos quais estão apresentados os títulos, os autores e os respectivos anos de publicação dos trabalhos encontrados. O primeiro quadro traz as dissertações de mestrado e o segundo apresenta as teses de doutorado identificadas nas publicações do Programa de Pós- graduação em Educação da UFPE e que abordam a discussão acerca do nosso tema.

Cabe ressaltar, antes de tudo, o critério utilizado para a seleção dos trabalhos, o qual diz respeito ao fato de que em nossa investigação priorizamos as produções que focalizassem especificamente a política de modernização da educação proposta em Pernambuco e como esta repercute na educação pública de nosso Estado. A seguir apresentamos o quando 1.

Quadro 1 – Dissertações de Mestrado do PPGE

Título	Autor	Ano de Publicação
A concepção de professores sobre a política de bonificação por resultado no estado de Pernambuco	Kysy Taysa Ferreira do Nascimento	2015
“Quando Vai Falar de IDEPE, Você Fala de Bônus” – As Influências do Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (IDEPE) Nas Escolas Estaduais	Danila Vieira de Melo	2015
Políticas de formação continuada de gestores escolares: um estudo do Programa de Formação de Gestores de Escolas Estaduais de Pernambuco (PROGEPE)	Raimundo Nonato Ferreira	2016
O Programa de Modernização da Gestão Pública do Estado de Pernambuco e a Política de Bônus: o olhar de professores e gestores da GRE Mata Sul	Cezar Gomes da Silva	2016

Fonte: Pinheiro (2021)

De acordo com esse primeiro quadro nota-se que em nosso levantamento conseguimos identificar um total de quatro dissertações de mestrado, das quais duas publicações são do ano de 2015 e as outras duas do ano de 2016.

Quadro 2 – Teses de Doutorado do PPGE

Título	Autor	Ano de Publicação
A gestão escolar como arena política: impasses do novo gerencialismo	Débora Quetti Marques de Souza	2016
Efeitos da política educacional de Pernambuco no trabalho docente: as contradições advindas de processos de regulação e responsabilização	Rosângela Cely Branco Lindoso	2017
Responsabilização educacional no contexto da gestão por resultados na rede estadual de ensino de Pernambuco (2007-2014)	Ildo Salvino de Lira	2018
A política de bonificação/premiação e a gestão escolar: um estudo sobre Pernambuco e Paraíba	Laurecy Dias dos Santos	2019

Política de responsabilização educacional: traduzindo a modernização da gestão pública em Pernambuco	Juliana Camila Barbosa Mendes	2019
Discursos em circulação sobre políticas de avaliação e accountability na educação básica: estados na Região Nordeste em foco	Maria Angela Alves de Oliveira	2019

Fonte: Pinheiro (2021)

Quanto ao segundo quadro, o qual corresponde às teses de doutorado, é perceptível que conseguimos identificar um total de seis produções das quais nos anos de 2016, 2017 e 2018 houve uma publicação em cada ano, enquanto que conseguimos constatar um total de três trabalhos datados do ano de 2019.

A seguir, a fim de aprofundar a análise das respectivas dissertações e teses, elaboramos novos quadros em que trazemos maior detalhamento de cada trabalho com o intuito de tornar mais claro o ponto de partida utilizado para a discussão dos dados. Nesses quadros estão apresentados, além do tema, o problema de pesquisa, parte do resumo e parte das considerações finais de cada uma dessas produções.

Quadro 3 – Análise das Dissertações de Mestrado do PPGE

CATEGORIA	PROBLEMÁTICA	CONCLUSÕES
Bonificação por Desempenho	Discute aspectos da meritocracia por meio de estratégias de bonificação por desempenho educacional, tomando por base a política de educação do estado de Pernambuco a qual articula avaliação educacional, metas e bonificação por desempenho.	Ao analisar as concepções dos professores sobre a política de bônus e contrastá-las com os documentos, constatamos que, para a maior parte destes profissionais, esta política não trouxe para Pernambuco uma melhoria na qualidade de ensino. O que ocorreu foi um conjunto de ações que pressionam o profissional a, diante das metas traçadas, elaborar um treino para as provas, com o mínimo de estrutura, reduzindo a aprendizagem ao simples treino.
Política de Bônus e IDEPE	Aborda o Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (IDEPE), componente do Programa de Modernização da Gestão Pública – Metas para Educação (PMGP/ME) analisando a relação entre avaliação educacional e a qualidade da educação no estado de Pernambuco, a partir do discurso dos profissionais que atuam na escola acerca das implicações e das influências do IDEPE.	Em Pernambuco com o Programa de Modernização da Gestão Pública, o governo busca na educação alcançar resultados que repercutam na economia do estado. As falas dos sujeitos da pesquisa demonstram a expressiva relação entre a escola vista como uma empresa, já que foi característica do governo de Eduardo Campos o modelo gerencial. Desse modo, a proposta da gestão repercute para as outras áreas, o que pode levar a uma mudança de valores, sentidos, no trabalho, no contexto da educação, dos professores e no papel do estudante.
Políticas de formação continuada de gestores	Propõe uma discussão em torno da formação de gestores escolares, dando destaque a política de formação continuada, procurando identificar o foco das formações oferecidas no curso de aperfeiçoamento, e sua relação com o Programa de Modernização da Gestão do Governo de	O curso de aperfeiçoamento em gestão escolar é uma via privilegiada para a aceitação das políticas do PMGE/ME, conforme evidenciado nas entrevistas realizadas com os diretores sobre forma de gerir a escola após o curso de aperfeiçoamento. Ao refletirem sobre a Política de Modernização da Gestão, os

	Pernambuco, bem como suas implicações na prática do gestor escolar.	diretores escolares reforçavam as palavras metas e resultados, o que não surpreende, dado que o entendimento de escola como empresa está na raiz do PMGE/ME, que teve como consultoria na sua implantação a <i>Falconi Consultores por Resultados</i> . A aceitação por tal modelo de administração escolar pelos diretores escolares deve-se também, à política de bonificação, que fragmenta as relações entre os funcionários da educação na escola e fragiliza a política de cargos e carreiras.
Política de bonificação por desempenho sob o olhar de professores e gestores	O trabalho aborda a política educacional de Pernambuco a partir do Programa de Modernização da Gestão Pública – Metas para Educação de Pernambuco (PMGP/ME-PE), tomando como elemento de análise as percepções de gestores e professores da GRE-Mata Sul Palmares sobre a referida política, buscando identificar seus efeitos nas práticas democráticas e de gestão escolar.	O Programa de Modernização da Gestão como política pública educacional do estado de Pernambuco estabeleceu profundas transformações nas formas de gestão escolar e fundamentos da prática pedagógica. A conduta dos professores e gestores do ponto de vista dos processos de ensino aprendizagem, a exemplo da administração empresarial, se detém ao alcance de metas e indicadores educacionais. Neste sentido, o Bônus de Desempenho Educacional como instrumento de incentivo e premiação repercute decisivamente na ação pedagógica e nas prioridades da escola. Além disso, o fato do Programa estar assentado sobre uma plataforma de matriz gerencialista favorece as formas verticalizadas de intervenção da Gestão Escolar.

Fonte: Pinheiro (2021)

Realizando um detalhamento do quadro 3, iniciamos falando sobre o primeiro trabalho, *A concepção de professores sobre a política de bonificação por resultado no estado de Pernambuco*, o qual traz a tona a questão da bonificação por desempenho mediante a ótica dos professores e trata sobre os aspectos da meritocracia que acaba sendo gerada a partir do fornecimento desse bônus às escolas que alcançarem as metas, apontando ainda a visão que esses profissionais tem sobre a ideia de se realizar melhorias na qualidade da educação conforme a proposta do PMGE/ME, o que para estes não condiz com a realidade. Trata ainda da adequação do trabalho docente em prol do alcance dos resultados a serem estabelecidos através do estabelecimento das metas. Essas questões estão pontuadas por Ferreira quando o autor discute sobre a política de responsabilização de Pernambuco concretizada através do PMGE/ME afirmando que “Esses índices de avaliações são utilizados para a bonificação por meritocracia e estes mesmos índices são usados para responsabilização dos trabalhadores na educação.” (FERREIRA, 2019, p. 7)

A segunda dissertação intitulada “*Quando Vai Falar de IDEPE, Você Fala de Bônus*” – *As Influências do Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (IDEPE) Nas Escolas Estaduais*, reforça essa discussão acerca da avaliação educacional e uma possível relação com a melhoria da qualidade da educação conforme é proposto através do Programa de Modernização da Gestão Pública e por isso busca descobrir a visão dos profissionais docentes sobre o IDEPE- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Pernambuco, o

qual faz parte dos instrumentos utilizados nessa política. Aqui cabe ressaltar que “nota alta não é sinônimo de qualidade da educação” (RAVITCH apud FREITAS, 2012a, p. 390), vários fatores são essenciais para se constituir uma boa educação, portanto, é necessário que essas avaliações ocorram de modo a levar em consideração esse princípio.

Esse trabalho aponta também uma discussão acerca do modelo gerencial como norteador da política de modernização da educação de Pernambuco o qual provoca transformações na escola ocasionando uma modificação no trabalho de todos os seus atores em prol dos resultados exigidos pelo e para o mercado.

A terceira pesquisa encontrada, *Políticas de formação continuada de gestores escolares: um estudo do Programa de Formação de Gestores de Escolas Estaduais de Pernambuco (PROGEPE)*, versa sobre como o Programa influencia na atuação do gestor escolar, em que através de um programa de formação continuada os profissionais gestores são persuadidos a aceitar o que é proposto no PMGE/ME. Sobre isso demarcamos que “toda essa política de modernização da gestão, em que a responsabilização é marca registrada, tem consequências direta e indireta sobre os profissionais da educação, sendo o diretor escolar um dos mais atingidos por esta política.” (FERREIRA, 2019, p. 9). E essa pesquisa discute ainda sobre a relação que se faz entre a educação com a lógica empresarial a qual se define como o princípio base dessa política.

A quarta dissertação, *O Programa de Modernização da Gestão Pública do Estado de Pernambuco e a Política de Bônus: o olhar de professores e gestores da GRE Mata Sul*, volta a discutir a questão do bônus por desempenho educacional através da perspectiva de professores e gestores escolares abordando a influencia do PMGE/ME no trabalho desses profissionais, o qual acaba por se resumir ao alcance das metas e indicadores educacionais tendo repercussão direta na ação pedagógica, o que fragiliza ainda a dimensão democrática da gestão escolar por estar pautado em ideários do ramo gerencial. A discussão abordada nesse trabalho pode ser alinhada ao conceito de pedagogia tecnicista, pois,

O tecnicismo se apresenta, hoje, sob a forma de uma “teoria da responsabilização”, meritocrática e gerencialista, onde se propõe a mesma racionalidade técnica de antes na forma de “standards”, ou expectativas de aprendizagens medidas em testes padronizados, com ênfase nos processos de gerenciamento da força de trabalho da escola (controle pelo processo, bônus e punições)[...] (FREITAS, 2012a, p. 383).

Em suma, após essa discussão pormenorizada, observamos aspectos semelhantes nas pesquisas analisadas ao tratarem sobre a política de modernização da educação de Pernambuco, em que se torna recorrente o tratamento do tema acerca da bonificação por desempenho, bem como outro assunto frequente diz respeito às modificações ocorridas no

trabalho dos profissionais que compõem o cotidiano escolar, sejam estes professores e/ou gestores, em prol do alcance das metas estabelecidas.

Quadro 4 – Análise das Teses de Doutorado do PPGE

CATEGORIA	PROBLEMÁTICA	CONCLUSÕES
Novo Gerencialismo	No atual contexto brasileiro em que os aportes gerencialistas encontram-se latentes nas políticas públicas educacionais, o trabalho trouxe contribuições para um debate que busca argumentar sobre a prevalência do estado gerencial na gestão educacional e escolar e como este tem sido visto e interpretado pelos agentes escolares, por meio da análise da cultura e das relações de poder.	Ao final de nossa pesquisa foi possível destacar que a democratização política acaba por ser condicionada e limitada por uma administração pública que não promove a democratização na esfera micropolítica, social, educativa, cultural, econômica, etc. Por essa razão, a democratização da educação e da gestão saiu da agenda política dos governos nos últimos anos e foi substituída pela modernização, pela chamada <i>gestão de qualidade</i>
Processos de regulação e responsabilização	Esse trabalho adotou como tema a política educacional e sua relação com elementos de regulação e responsabilização. Tomando como campo de estudo a política desenvolvida no estado de Pernambuco, teve como objetivo compreender os efeitos objetivos e subjetivos da política educacional de Pernambuco sobre o trabalho docente.	Os resultados revelaram que a regulação redefine o trabalho docente em sua forma e em seu sentido, produzindo efeitos objetivos e subjetivos, engendrados por meio da imbricação entre elementos reguladores da política com as subcategorias do trabalho.
Responsabilização educacional e a gestão por resultados	A presente tese analisa a política de responsabilização educacional formulada no contexto da reforma administrativa do estado de Pernambuco, tomando-se como marco temporal o período de 2007 a 2014.	Em relação ao caso de Pernambuco, concluímos que as mudanças operadas partiram da premissa do estabelecimento de um novo ciclo de gestão de modo a direcionar as linhas de atuação das instituições que compõem essa rede de ensino, alinhando-as às diretrizes traçadas nos planos de governo. A modernização dos processos de gestão tomou como norte a necessidade da definição de novas rotinas no sentido de promover mudanças do ponto de vista técnico, estrutural e de pessoal no bojo das escolas de maneira a ajustá-las aos ditames dessa lógica para melhorar as suas performances. Nesse sentido, as orientações adotadas no bojo da responsabilização educacional atribuíram ênfase à avaliação em larga escala, a definição de sistemática de monitoramento, estabelecimento de metas por escolas e a destinação de bonificação variável ao cumprimento dos percentuais de metas.
A política de bonificação e a gestão escolar	Este estudo tem como foco de investigação a política educacional e as estratégias de bonificação/premiação do trabalho docente e suas repercussões no trabalho do gestor escolar. Tomando os estados de Pernambuco e Paraíba como campo de estudo, buscou-se problematizar quais as repercussões das políticas de bonificação/premiação, implantados pelos governos de Pernambuco e Paraíba no trabalho do gestor escolar.	A partir dessas considerações levantadas, concluímos esse estudo investigativo, identificando que ambas as políticas públicas de educação, de pagamento da Bonificação/Premiação têm promovido mudanças na função do gestor escolar. Insere mudanças no trabalho pedagógico da escola em detrimento do cumprimento das metas. O gestor escolar pernambucano assume as exigências presentes na política, mas nem sempre em busca do recebimento do Bônus/Prêmio, porque para eles atualmente cumprir as exigências não é garantia de recebimento da bonificação. Já os paraibanos discursam sobre a possibilidade coletiva de concorrerem ou não à premiação, pois o cumprimento das exigências da política em ação existe independente de premiação. Por outro lado, o envolvimento da escola na premiação

		reproduz uma satisfação maior porque amplia as possibilidades de desenvolvimento do aluno e favorece a flexibilidade do trabalho metodológico das práticas pedagógicas, mesmo que o trabalho seja intencionado ao ciclo dependente das metas.
Política de responsabilização/ accountability	Este estudo busca investigar os movimentos da política de responsabilização educacional no estado de Pernambuco, inerente ao processo de modernização da gestão pública como condição para accountability. Busca-se pensar a articulação entre responsabilização e qualidade social, dada a ênfase na avaliação como determinante da qualidade do ensino na política educacional da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco (SEE), por meio das diferentes demandas e enunciações que emergem da proposta de modernização	Para concluir, a significação da qualidade social presente na política de responsabilização educacional, pormenorizada nos extratos analisados, encena uma qualidade estereotipada, projetada nos índices de desempenho construídos a partir da referência retórica progressista de desenvolvimento. Este “é o cenário da fantasia colonial [...], isto porque o estereótipo é ao mesmo tempo um substituto e uma sombra” (BHABHA, 1998, p.126). Essa é realidade da política educacional retratada na última década em Pernambuco, cujas decisões políticas seguirão habitadas pelo “fantasma constitutivo” da qualidade.
Políticas de avaliação e accountability	O presente estudo objetivou analisar os discursos em circulação na produção brasileira do conhecimento e nas orientações das políticas da Educação Básica em sete estados da Região Nordeste sobre políticas de avaliação e accountability, buscando explicitar a implantação de sistemas, modelos ou formas parcelares de accountability a partir dos anos 2007.	Com o sentido de responsabilização, com maior frequência, e de prestação de contas menos expressivamente, o termo <i>accountability</i> aparece em disputa pela sua tradução nos trabalhos analisados. A justificativa para tal interpretação, na amostra dos artigos, teses e dissertações, recai na imputação da responsabilização unilateral aos profissionais da educação pelos resultados do desempenho dos estudantes na avaliação em larga escala, sobretudo, em função da implantação de incentivos financeiros com o intuito de estimular o alcance de metas estabelecidas previamente pelos governos estaduais. Embora os achados da pesquisa referente a sistemática do incentivo financeiro nos estados da Região Nordeste, tenham apontado para a adoção desse mecanismo por uma minoria dos estados. Apenas três (Pernambuco, Ceará e Paraíba) têm desenvolvido processos de bonificação e premiação aos profissionais da educação.

Fonte: Pinheiro (2021)

No que concerne as teses de doutorado, o primeiro trabalho trazido no quadro 4, *A gestão escolar como arena política: impasses do novo gerencialismo*, aborda a discussão sobre gestão educacional e escolar diante dos impasses gerados com o atrelamento de aspectos do gerencialismo à educação, o que acarreta em uma modificação das políticas de governo em que a democratização da educação é deixada de lado para dar lugar a política de modernização, apresentando um novo viés o qual coloca em foco a gestão da qualidade. Acerca do novo gerencialismo é demarcado que este “desempenha o importante papel de destruir os sistemas ético-profissionais que prevaleciam nas escolas, provocando sua substituição por sistemas empresariais competitivos.” (BALL, 2005, p. 544). Sendo assim, propor modificações ao papel da educação com base na perspectiva gerencial poderia acarretar em prejuízos para esse campo que desempenha papel importante para a sociedade.

De forma mais explicativa acerca desse assunto que envolve o conceito de gerencialismo, temos que

Como forma de organização da gestão pública, o gerencialismo segue critérios da produtividade, orientação para o cliente, modelos descentralizados, eficiência dos serviços, introdução de mecanismos de mercado na administração pública e programas de responsabilização – *accountability* – e avaliação, além das parcerias público-privado e do quase-mercado. (HYPOLITO, 2011, p. 59).

Assim, fica evidenciado que propor um modelo educacional assentado na lógica gerencialista ocasionando a direta relação da educação com os princípios do mercado significa propor para essa instituição uma adequação do seu papel ao viés mercadológico, modificando seus objetivos de formação humana, pois

Ao ser aprisionada na lógica empresarial, a educação perde sua dimensão de um bem público mais amplo, cujos horizontes devem ser um projeto de nação e não apenas a expressão de uma demanda de um dos seus atores, os empresários, por mais importante que estes possam ser. (FREITAS, 2012b, p. 345).

O próximo estudo o qual tem como título: *Efeitos da política educacional de Pernambuco no trabalho docente: as contradições advindas de processos de regulação e responsabilização*, trata sobre a questão da regulação e responsabilização diante da política de avaliação educacional do Estado de Pernambuco e traz os seus efeitos sobre o trabalho docente, discutindo um aspecto semelhante a pesquisa anterior, ao afirmar que é a partir do discurso de melhoria na qualidade da educação que ocorre a adoção de um modelo de gestão gerencialista modificando os objetivos da educação e da gestão escolar.

Aspectos semelhantes a essa discussão são apresentados no terceiro trabalho, *Responsabilização educacional no contexto da gestão por resultados na rede estadual de ensino de Pernambuco (2007-2014)*, o qual trata sobre a questão da responsabilização educacional e como isso repercute no trabalho docente e aponta para as transformações ocorridas na organização das instituições de ensino inseridas nesse novo ciclo de gestão.

Acerca dessa questão da responsabilização retomamos as três categorias citadas por Luiz Carlos de Freitas as quais compõem esse paradigma educacional baseado na proposta gerencial, pois

Constituem um bloco interligado onde a responsabilização pelos resultados (leia-se: aumento da média em testes nacionais e internacionais) é legitimada pela meritocracia (distinções ou sanções fornecidas com base no mérito de ter aumentado ou não as médias) com a finalidade de desenvolver novas formas de privatização do público (o qual é desmoralizado pela meritocracia das médias mais altas), visando à constituição de um “espaço” que se firma progressivamente como “público não estatal” em contraposição ao “público estatal”. (FREITAS, 2012b, p. 346).

Assim, entendemos que a questão da responsabilização citada por esse autor está ligada com a meritocracia, que segundo o mesmo representa o fornecimento de recompensas

às escolas que alcançarem as metas estabelecidas, fatores estes que corroboram para a privatização do sistema público de ensino.

Em um contexto mais específico, tratando sobre a política de modernização da educação de Pernambuco, fazemos relação dos resultados obtidos nos trabalhos citados com um estudo de Ferreira no qual o autor esclarece o modo como está definida a política de responsabilização diante das transformações ocorridas em nosso Estado, assim

A política de responsabilização educacional de Pernambuco é uma política vertical do governo estadual de transferência de responsabilidades para gestores de instâncias administrativas de menor poder, sendo tal verticalidade marcada pelo estabelecimento de metas sem que sejam dadas as condições para o alcance desta “qualidade” representadas pelos índices atingidos. (FERREIRA, 2019, p. 3)

Em seguida, na próxima tese de doutorado do PPGE, *A política de bonificação/premiação e a gestão escolar: um estudo sobre Pernambuco e Paraíba*, surge a discussão acerca da questão da bonificação/premiação e sua influência no trabalho do gestor escolar e novamente traz a tona às modificações que acontecem na função desse profissional, bem como discutem sobre a transformação do trabalho pedagógico em detrimento do alcance das metas, tal aspecto pode ser relacionado com o conceito de pós-profissionalismo apresentado por Ball ao afirmar que

[...] esses pós-profissionalismos se reduzem, em última instância, à obediência a regras geradas de forma exógena; e, segundo, eles relegam o profissionalismo a uma forma de desempenho (performance), em que o que conta como prática profissional resume-se a satisfazer julgamentos fixos e impostos a partir de fora. (BALL, 2005, p. 542)

Continuando com esse autor, o mesmo ainda apresenta o conceito de performatividade como um método de regulação responsável por controlar o trabalho do docente e do gestor da escola em função do alcance dos resultados estabelecidos a partir dessas reformas do setor público.

Retomando a questão da responsabilização, situamos mais dois trabalhos que abordam essa questão em seus escritos, sendo que a quinta tese *Política de responsabilização educacional: traduzindo a modernização da gestão pública em Pernambuco*, presente em nosso quadro, fala sobre a política de responsabilização educacional mediante a política de modernização da gestão pública em Pernambuco e busca descobrir o sentido de qualidade que se constitui atrelado à lógica do accountability. E finalmente, a última pesquisa, *Discursos em circulação sobre políticas de avaliação e accountability na educação básica: estados na Região Nordeste em foco*, discute as políticas de avaliação e accountability apresentando como foco a região Nordeste e aponta o Estado de Pernambuco como um dos três estados dessa região a desenvolver processos de bonificação e premiação aos profissionais da educação.

Como vimos anteriormente, uma política de responsabilização busca por atribuir aos sujeitos (docentes e gestores) envolvidos no contexto micro da escola o sucesso ou o fracasso dos estudantes diante das avaliações externas realizadas após a implementação do Programa de Modernização da Gestão Pública proposto para a educação no Estado de Pernambuco, em que estes são os únicos responsáveis pelo cumprimento das metas estabelecidas.

Buscando concluir, de modo geral, percebemos uma recorrência da discussão em torno da transformação do trabalho dos profissionais docentes e gestores em prol do alcance das metas pactuadas no Programa de Modernização da Gestão Pública, o qual se constitui de uma proposta formulada a partir de princípios do mercado através dos quais se postula uma política educacional formulada pelos chamados “reformadores empresariais da educação” (FREITAS, 2012a, p. 379).

A título de compreensão, cabe destacar que o início de tais reformas no setor educacional é decorrente de mudanças mais amplas na política do Estado brasileiro, a qual é pontuada por Maués quando a autora afirma que é a partir disso que se inicia um movimento de maior ênfase a questão da avaliação da educação e coloca que

O Estado, no papel de regulador, estabelece os ordenamentos necessários para o funcionamento da sociedade, e aí se inclui a educação, descentraliza ou desconcentra as ações de implementação das políticas, estabelece os objetivos, condiciona o financiamento às metas atingidas e estabelece um sistema de avaliação que garanta a “obrigação dos resultados”. (MAUÉS, 2011, p. 1)

Diante disso, a proposta dos reformadores empresariais baseada em princípios do mercado reformula o papel do Estado diante da sua responsabilidade com as questões sociais e como vimos, isso inclui a educação. Os trabalhos encontrados pontuam tais modificações ocorridas no interior da instituição escolar mediante esse cenário em que se postula um novo modelo gerencial para a educação.

A instituição escolar como um todo tem seu papel sendo modificando para se adaptar as novas exigências do mercado aderindo às propostas elaboradas com base na lógica do ramo empresarial. O Estado de Pernambuco adere a essas transformações a partir do Programa de Modernização da Gestão Pública. Essa política está baseada em elementos reguladores “[...] como metas, termo de compromisso, indicadores de desempenho, IDEPE, avaliação de resultados SAEPE, bônus de desempenho, BDE, sistema de prestação de contas, SIEPE, Curso de gestor, PROGEPE.” (LINDOSO, 2017, p. 204). Todos esses elementos que constituem o PMGP são trazidos a tona nos trabalhos analisados e traduzem a efetivação do modelo empresarial como parâmetro para se definir um novo papel para a escola.

Por fim, conforme demarcado por Freitas a política educacional proposta pelos reformadores empresariais está definida em três categorias principais as quais citamos acima e

relembramos agora: responsabilização, meritocracia e privatização. Esse autor ressalta que “um sistema de *responsabilização* envolve três elementos: testes para os estudantes, divulgação pública do desempenho da escola e recompensas e sanções” (Kane & Staiger, 2002 apud Freitas, 2012a, p. 383). Nas dissertações e teses analisadas, é recorrente a questão da bonificação, isto é, das recompensas para as escolas que alcançarem as metas pactuadas através do Programa de Modernização da Gestão Pública.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nosso estudo buscamos responder ao seguinte questionamento: Como as teses e dissertações do programa de pós-graduação em educação da UFPE avaliam a política de modernização da educação de Pernambuco? Para isso realizamos um levantamento das produções do PPGE que focalizassem a discussão acerca dessa política, a partir disso elaboramos um quadro com as respectivas dissertações e teses a fim de permitir melhor reconhecimento e entendimento dos trabalhos encontrados.

Diante do nosso objetivo principal, o de analisar a política de modernização da educação de Pernambuco a partir das teses e dissertações do Programa de Pós- graduação em Educação da UFPE realizamos, inicialmente, uma contextualização com o conceito de política pública educacional, pois tivemos o intuito de propor uma melhor compreensão acerca de como está definido O Programa de Modernização da Gestão Pública, o qual se tratou do nosso objeto de investigação. Em seguida realizamos uma apresentação do respectivo Programa buscando trazer para conhecimento do leitor os aspectos norteadores dessa proposta.

Para se discutir sobre o Programa de Modernização da Gestão Pública de Pernambuco levamos em consideração um contexto mais amplo no qual o Estado vai modificando sua estrutura e seu papel perante as organizações sociais diante de seu atrelamento as concepções econômicas de mercado. Sendo assim, pode-se afirmar que as modificações ocorridas nas estruturas organizacionais dentro da realidade social, estão relacionadas a redefinição do papel do Estado diante de uma política voltada para modernizar a gestão pública de acordo com princípios financeiros.

O Estado vai modificando sua estrutura organizacional e isso vai repercutindo diretamente na função social da instituição escolar a qual deve se submeter aos ideais do capital. Desse modo, a escola em sua função social deve modificar o seu trabalho para estar de acordo com as novas exigências do mercado e isso ocorre mediante a aceitação de programas propostos por atores externos, como representantes de governo, para que através desses sejam incorporados aspectos do novo gerencialismo função de educar.

Tal aspecto vai constituindo a regulação desenvolvida pelo Estado em relação a função social da instituição escolar. E, conforme observamos nos trabalhos encontrados nas produções do PPGE, isso ocorre através de avaliações externas, da responsabilização dos profissionais envolvidos com o trabalho escolar, e do fornecimento de bonificação por desempenho as instituições que atingirem as metas estabelecidas.

Desse modo, percebemos que os trabalhos encontrados nas produções do PPGE da UFPE incluem a discussão sobre cada elemento que compõe essa política de regulação do Estado de Pernambuco, pois localizamos produções que estiveram voltadas para discutir a questão da responsabilização tanto dos profissionais docentes quanto de gestores, estes últimos que se vêem persuadidos ou mesmo encurralados a aceitar a incorporação desse Programa a instituição escolar que gerencia por meio de um programa de formação continuada o PROGEPE, conforme vimos em uma das dissertações de mestrado.

No que concerne ao papel do professor, percebemos em boa parte dos trabalhos uma discussão em torno da transformação do seu fazer docente em prol do alcance dos índices exigidos nas avaliações externas; bem como esteve recorrente a fala acerca do fornecimento da bonificação por desempenho, algo que além de ocasionar mudanças na função de ensinar do professor ainda acaba por gerar competição entre as escolas.

Os aspectos citados nos levam a crer que essa política de modernização da educação de Pernambuco tem redefinido o papel da escola diante de sua função social, do mesmo modo que tem implantado mudanças no papel do professor e também do gestor escolar, ou seja, transformando toda uma perspectiva educacional.

Em suma, ao realizarmos um aprofundamento da discussão acerca do Programa de Modernização da Gestão Pública em Pernambuco percebemos que o discurso pela melhoria da qualidade na educação tem estado distante de se concretizar, pois ao se importar para a escola os elementos do novo gerencialismo, são ocasionadas mudanças no cotidiano escolar como um todo, limitando o papel dessa instituição, tendo em vista que a ideia de formação humana vai sendo substituída em função da obtenção de resultados que dificilmente serão capazes de transmitir a realidade uma vez que esta pode estar sendo mascarada por números altos, para os quais não estão claros os instrumentos utilizados para que fossem alcançados.

Finalizando nossa discussão, percebemos estar claro que a produção acadêmica acerca do nosso objeto de estudo afirma cada vez mais a necessidade de se repensar tais propostas formuladas com base em princípios mercadológicos pois, como vimos nas dissertações e teses do PPGE, muitos são os impasses enfrentados pela educação em nosso Estado diante de um modelo de gestão que pouco corresponde as expectativas reais do que se espera para a

educação, uma vez que resume sua função ao alcance de metas estabelecidas de fora do seio educacional. Diante disso, concordamos que ao se propor reformas para a educação, os principais sujeitos a serem ouvidos são aqueles que lidam diretamente com a realidade das escolas, pois estes sim conhecem minuciosamente as necessidades de nossas instituições escolares e como sujeitos pensantes são capazes de fazer muito mais pela educação em nosso Estado do que a lógica empresarial baseada no lucro econômico.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Alexandre Viana. Política pública, juventude e educação: o Programa Nacional de Inclusão de Jovens na perspectiva dos atores envolvidos. 2011.

BALL, Stephen J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de pesquisa**, v. 35, p. 539-564, 2005.

CAVALCANTI, Ana Claudia Dantas et al. Programa de Modernização da Gestão Pública/metas para a educação/2007-2010: análise sobre a Gestão Democrática da educação de Pernambuco. 2011.

FERREIRA, Raimundo Nonato. **Políticas de formação continuada de gestores escolares: um estudo do Programa de Formação de Gestores de Escolas Estaduais de Pernambuco (PROGEPE)**. 2016. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

FERREIRA, Raimundo Nonato. POLÍTICAS DE RESPONSABILIZAÇÃO EDUCACIONAL: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE RESPONSABILIZAÇÃO EDUCACIONAL DE PERNAMBUCO. **Seminário Nacional e Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional**, v. 7, n. 7, 2019.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, v. 33, p. 379-404, 2012a.

FREITAS, Luiz Carlos de. Apresentação. Políticas públicas de responsabilização na educação. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 119, p. 345-351, 2012b.

GIL, Antonio Carlos. Como classificar as pesquisas. **Como elaborar projetos de pesquisa**, v. 4, 2002.

HÖFLING, Eloisa de. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, v. 21, p. 30-41, 2001.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Reorganização gerencialista da escola e trabalho docente. **Educação: Teoria e prática**, v. 21, n. 38, p. 59-78, 2011.

LINDOSO, Rosângela Cely Branco. Efeitos da política educacional de Pernambuco no trabalho docente: as contradições advindas de processos de regulação e responsabilização. 2017.

LIRA, Ildo Salvino de. Responsabilização educacional no contexto da gestão por resultados na rede estadual de ensino de Pernambuco (2007-2014). 2018.

MENDES, Juliana Camila Barbosa. Política de responsabilização educacional: traduzindo a modernização da gestão pública em Pernambuco. 2019.

MAUÉS, Olgaíses Cabral. Reformas internacionais da educação e formação de professores. **Cadernos de pesquisa**, p. 89-118, 2003.

MAUÉS, Olgaíses Cabral. As políticas educacionais e o sistema de avaliação. **IV COLÓQUIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS. O Trabalho Docente na Educação Básica, o caso do Pará**, 2011.

MELO, Danila Vieira de. **Quando Vai Falar de IDEPE, Você Fala de Bônus”–As Influências do Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (IDEPE) Nas Escolas Estaduais**. 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

NASCIMENTO, Kysy Taysa Ferreira do. **A concepção de professores sobre a política de bonificação por resultado no estado de Pernambuco**. 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana. Política educacional como política social: uma nova regulação da pobreza. **Perspectiva**, v. 23, n. 2, p. 279-301, 2005.

OLIVEIRA, Maria Angela Alves de. Discursos em circulação sobre políticas de avaliação e accountability na educação básica: estados na Região Nordeste em foco. 2019.

PERNAMBUCO. SEE, Modernização de Gestão. Disponível em: <<http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&men=69>> Acesso em outubro de 2021.

SANTOS, Laurecy Dias dos. A política de bonificação/premiação e a gestão escolar: um estudo sobre Pernambuco e Paraíba. 2019.

SAVIANI, Dermeval. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, n. 24, p. 7-16, 2008.

SILVA, Cezar Gomes da. **O programa de modernização da gestão pública do Estado de Pernambuco e a política de bônus: o olhar de professores e gestores da GRE Mata Sul**. 2016. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

SOUZA, Débora Quetti Marques de. A gestão escolar como arena política: impasses do novo gerencialismo. 2016.

SILVA, Ítalo Agra de Oliveira. et al. O Programa de Modernização da Gestão Pública: uma análise da política de responsabilização educacional em Pernambuco no governo Campos (2007-2011). 2013.

DAYANA GEISSIANE DA SILVA PINHEIRO

**A POLÍTICA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PERNAMBUCO: o que dizem
as teses e dissertações do Programa de Pós-graduação em Educação da UFPE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura em
Pedagogia do Campus Agreste da
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE,
na modalidade de artigo científico, como
requisito parcial para obtenção do grau de
graduação em licenciatura em pedagogia.

Aprovado em: 20/12/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr. Alexandre Viana Araújo (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Laurecy Dias dos Santos (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Ms. Cezar Gomes da Silva (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco